TC 002.863/2015-4

Tomada de Contas Especial

Município de Urbano Santos/MA

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de expediente da Procuradoria-Geral Federal/Advocacia-Geral da União (peça 82), por meio do qual informa que, por ocasião da inscrição de crédito em dívida ativa, constatou que a sociedade empresária JPL Construções Ltda. (CNPJ: 07.556.570/0001-01) havia sido baixada junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, sob o fundamento de extinção por liquidação voluntária. Importa ressaltar que tal constatação ocorreu quando da análise do processo para inscrição em dívida ativa e ajuizamento do título executivo derivado do Acórdão 12.892/2018-TCU-1ª Câmara, por meio do qual a referida pessoa jurídica teve as contas julgadas irregulares, foi condenada em débito e apenada com a multa do art. 37 da Lei 8.443/1993 (peça 26).

2. A Secretaria de Gestão de Processos, após diligência e diversas análises, concluiu que depois da execução de todo o procedimento dissolutório (distrato, liquidação e partilha), a pessoa jurídica se extinguiu com o arquivamento do instrumento de dissolução no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, em 20/3/2013. Portanto, antes da remessa desta tomada de contas especial à Corte de Contas, fato ocorrido em 2015, a sociedade empresária JPL Construções Ltda. havia sido extinta em definitivo.

3. Examinando os autos, a Secex-TCE opinou no sentido da inexistência das condicionantes necessárias à proposição de incidente processual com vistas à desconsideração da personalidade jurídica da referida sociedade empresarial, tendo em conta que não restou caracterizado o abuso da personalidade jurídica, derivado do desvio de finalidade, da fraude ou da confusão patrimonial (Acórdãos 2858/2008-Plenário, 1854/2012-1ª Câmara, 5611/2012-2ª Câmara e 5548/2014-2ª Câmara). Ao final, a unidade técnica propõe que seja declarada a insubsistência do Acórdão condenatório e dos atos dele decorrentes.

4. Aquiesço com a análise da Secex-TCE, considerando, contudo, que a declaração de nulidade não deve se restringir ao julgado condenatório. Entendo que seja **nula a citação** da JPL Construções Ltda., efetivada em 12/1/2018, bem como **todos os atos processuais que sejam consequência desse ato**, incluindo o julgamento das contas dessa pessoa jurídica, sua condenação em débito e a multa que lhe foi aplicada.

5. Não vejo razão, não obstante, para que o Acórdão 4.743/2018-TCU-1ª Câmara seja declarado nulo em sua totalidade. Assim, por exemplo, a nulidade **não** deve incidir sobre os itens (ou parte dos itens) da decisão que tratam do julgamento das contas do Sr. Aldenir Santana Neves, bem como daqueles que lhe imputam débito e multa, uma vez que tais deliberações **não derivam da irregular citação da JPL Construções Ltda.**

6. Isso posto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se no sentido de que o Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 174 e 176 do Regimento Interno da Corte de Contas, declare **a nulidade da citação** destinada à sociedade empresária JPL Construções Ltda., bem como dos atos dela decorrentes, mantendo-se a eficácia de todos os atos processuais e das deliberações contidas no Acórdão 4.743/2018-TCU-1ª Câmara que não decorram da referida citação.

(Assinado Eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador